

Apresentação

A manutenção da democracia tem sido um dos maiores desafios da América Latina nas últimas décadas. A redemocratização (iniciada a partir do fim dos anos 1970) e o advento das reformas políticas e econômicas (com início na década seguinte) caracterizaram a emergência de um novo momento histórico para a América Latina. Na virada de 1980 para 1990, o otimismo das promessas de melhoria nas condições de vida animou os cidadãos a acreditarem na mediação realizada pela política, elegendo seus representantes, membros do Executivo e do Legislativo, para mandatos fixos de quatro ou cinco anos.

A busca pelo aprofundamento da democracia trouxe a reboque o desenvolvimento das instituições políticas, a organização de novos sistemas partidários e o aumento da participação popular. A renovação da esperança dos latino-americanos nos fez acreditar que estávamos vivendo o período mais longo da nossa história sob a égide da democracia. A realidade, contudo, nem sempre foi tranquila. Presenciamos um grande número de eventos de instabilidade política e presidencial na região nas últimas décadas, por vezes resolvidos de maneira pactuada e consensual entre os envolvidos. Muitas outras vezes, entretanto, não. Aquelas promessas,

oriundas do binômio “redemocratização + neoliberalismo”, em grande parte, não foram cumpridas. Golpes de Estado e mesmo flertes com o autoritarismo também estiveram presentes, realizados de formas distintas e por atores diferentes.

Assim, o aumento da participação política e o desenvolvimento da democracia na América Latina não trouxeram, necessariamente, mais estabilidade política. Se, por um lado, grupos historicamente fora do processo político passaram a participar e a eleger seus representantes – muitos até mesmo identificados à sua imagem e semelhança (como na eleição de um indígena para a presidência da Bolívia ou de um operário no Brasil) –; por outro, a estabilidade política artificial do passado, baseada no comando quase que exclusivo das elites, não se sustenta mais. Não podemos esquecer que contar a história da região significa narrar uma infinidade de pactos entre as elites, que impediam forças subalternas de concorrerem às eleições ou, em caso de vitória, de assumirem o poder. Um dos casos mais clássicos é o chamado “Pacto de *Punto Fijo*”, na Venezuela¹.

Se, no histórico recente da América Latina, as elites civis conservadoras aliaram-se aos militares e governaram por longos períodos autoritários, a realidade atual é diferente. A instabilidade política contemporânea chega até mesmo a ser desejada se comparada ao medo que dominava o passado e impedia a manifestação dos anseios da soberania popular. Não há instabilidade presidencial nas ditaduras porque esse tipo de arranjo não permite o consenso e a participação.

Hochstetler (2007) afirma que 23% dos presidentes latino-americanos eleitos democraticamente desde a década de 1970 foram forçados a deixar seus cargos antes do fim de seus mandatos. A autora chama atenção para a importância desses números e para a pouca atenção

¹ O pacto de *Punto Fijo* foi um acordo realizado após o fim do regime militar, em 1958, na cidade venezuelana de *Punto Fijo*, entre os partidos Ação Democrática (AD) e Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (COPEI), dando origem ao celebrado e pouco inclusivo sistema bipartidário venezuelano

sistemática recebida pelas quedas presidenciais nos debates acerca da qualidade da democracia e da instabilidade nos sistemas presidenciais. Já Marsteintredet (2009) salienta que as diferenças entre os casos de interrupção de mandatos presidenciais na América Latina foram pouco exploradas pela literatura – que, ao tratar todos os casos de interrupção da mesma maneira, não explica corretamente as causas e efeitos do referido fenômeno².

Segundo Hochstetler (2007), dos 40 presidentes eleitos na região entre 1970 e 2003, 16 (40%) enfrentaram contestações à sua permanência no cargo e nove (23%) tiveram seus mandatos “fixos” encerrados prematuramente. Assim, os presidentes da região, ainda que eleitos, não podem pressupor que terão o exercício de um mandato fixo e determinado. Do mesmo modo, a autora sugere que as eleições presidenciais diretas na América do Sul não dão aos presidentes legitimidade consistente que dure todo o período de seu mandato constitucional.

A própria literatura especializada da Ciência Política também passou por várias fases no estudo do tema. O pessimismo de autores como Linz (1990), Valenzuela (1993) e Mainwaring (1993), entre outros – para os quais a configuração do presidencialismo na região geraria inevitavelmente crises de governabilidade –, foi suplantado pela geração posterior de Chasquetti (2001), Cheibub (2002), Negretto (2003) e Badillo (2007) – que, por sua vez, acreditavam que governos minoritários não redundariam necessariamente em crises políticas e de governabilidade, uma vez que os presidentes seriam capazes de formar coalizões majoritárias com uma taxa de insucesso relativamente baixa e aceitável.

De acordo com Marsteintredet (2008, 2009), as quedas presidenciais foram relacionadas, nos últimos anos, a escândalos de

² Cheibub (2006) afirma a necessidade de pesquisas que demonstrem que o presidencialismo não gera necessariamente instabilidade democrática e que se inicie a busca por outros fatores institucionais que nos levem a entender como esses regimes funcionam contemporaneamente, substituindo as análises apoiadas apenas pelos princípios constitucionais do regime.

corrupção (Pérez-Liñán, 2008), a apelo das ruas (mais do que desafios institucionais – Hochstetler, 2007), à força presidencial no Congresso (Kim e Bahry 2008) e à incapacidade de controle do mediano do Congresso (Negretto, 2006). Refletindo sobre os mesmos acontecimentos, Pérez-Liñán (2008) lista um vasto repertório de termos e autores que trazem explicações pouco divergentes sobre a queda de presidentes na América Latina: instabilidade presidencial (Ollier, 2008), quedas presidenciais (Hochstetler, 2007), fracassos presidenciais (Edwards), remoção do presidente (Pérez-Liñán, 2007) ou presidências interrompidas (Kim e Bahry, 2008; Negretto, 2006; Valenzuela, 2004).

Em trabalho recente (Coelho, 2013), propus uma análise do fenômeno da instabilidade política e presidencial lançando mão de duas das vertentes mais clássicas do estudo do tema: 1) a ação da sociedade civil e dos movimentos sociais, 2) a explicação institucional. Um dos principais argumentos seria o de que nenhuma das duas dimensões possui um caráter predominantemente explicativo sobre a outra, mas que seria exatamente a interação de ambas que aumentaria o poder elucidativo da análise do surgimento das crises presidenciais, do seu desenvolvimento e, principalmente, da previsão de possíveis resultados. A queda dos governos geralmente envolveria uma “*interação dialética*” entre o povo e as instituições, nas quais os protestos das ruas adquiriram um papel determinante. Assim, o pior cenário para um mandatário seria o de manifestações nas ruas pedindo sua saída do poder ao mesmo tempo em que conflitos institucionais estivessem acontecendo. Se o clamor das ruas consegue efetivamente chegar até o Legislativo (e o presidente passa a ter dificuldades para controlar seu apoio majoritário no Congresso), a chance de uma queda é muito grande.

Dessa forma, o padrão de destituição de mandatários mais usual das três últimas décadas ocorreria principalmente em razão dos conflitos entre o chefe do Executivo e os demais poderes do país (principalmente o

Legislativo), em um contexto de forte pressão das ruas pela saída dos presidentes – geralmente identificados pela maioria da população como os principais culpados pelas crises políticas e econômicas, dentro das normas constitucionais vigentes (Coelho, 2017, p. 15).

Se tentarmos estabelecer um tipo ideal de queda presidencial nos anos 1990, podemos dizer que – na grande maioria dos casos em que um mandatário não chegou ao fim de seu mandato constitucional – ele assumiu uma campanha eleitoral na centro-esquerda; mas, uma vez no poder, governou na direção da centro-direita. Assim, o emprego da *policy switch* (estelionato eleitoral) por presidentes legitimamente eleitos contrariou os anseios populares e o exercício do respectivo *accountability* vertical. As aspirações do eleitorado, traduzidas no voto em propostas de mudança, nem sempre tiveram correspondência na arena política real.

Todavia, se considerarmos a possibilidade do *accountability* vertical ser relacionado não somente ao sufrágio, mas a qualquer manifestação popular de controle dos atos dos governantes, veremos que as mobilizações populares contrárias aos presidentes que efetuaram o estelionato eleitoral, por meio da ação da sociedade civil e dos movimentos sociais, fiscalizaram e puniram os mandatários que não corresponderam às suas expectativas. Logo, a atuação da sociedade civil e dos movimentos sociais refinou ainda mais o conceito de O'Donnell (1998), indo além da participação na arena eleitoral a cada quatro ou cinco anos. Tais atores, portanto, exerceram seu poder de fiscalização e decisão nos momentos que julgaram necessário, tornando-se um dos principais artífices das quedas presidenciais.

No entanto, cabe ressaltar que a *policy switch* não resulta necessariamente em crise política e derrocada da coalizão, como parece ser o caso de alguns países na América do Sul – até porque o fenômeno do chamado estelionato eleitoral não pode ser considerado exclusivo da região. Devemos levar em consideração, ainda, que o chamado “estelionato

eleitoral” na América Latina teria diminuído consideravelmente a partir dos anos 2000. Os novos presidentes eleitos pareciam ter aprendido com as experiências desastrosas do passado, ou efetivamente modificaram o teor de suas ações em uma guinada de centro-esquerda; de modo que, em sua atuação política e econômica, procuraram adotar trajetórias mais lineares (Panizza, 2006; Silva, 2011).

Nesse contexto, os três casos mais recentes de instabilidade presidencial na América Latina devem ser percebidos como inspiradores para a deposição de Dilma Rousseff no Brasil, em 2016 (Coelho, 2017, p.13). Dessa forma – seguido da expulsão de um presidente vestindo pijamas (deposição de Manuel Zelaya – Honduras, 2009); da trajetória vitoriosa de Rafael Correa sobre a instabilidade crônica equatoriana e o malfadado golpe policial de 2010 e, ainda, do “juízo político *Express*” (derrubada de Fernando Lugo – Paraguai, 2012) – o “golpe cívico-militar” deve ser encarado como uma estratégia de golpes ilegais contra os mandatários identificados com ideologias de esquerda, consistindo em um novo modelo possível da ação política das elites conservadoras e antidemocráticas na região.

Uma possível explicação para essa nova estratégia seria a percepção e posterior aprendizagem (pelas elites conservadoras) de que o sistema político dos países latino-americanos, no decorrer das últimas décadas, depois de longos períodos conturbados geralmente voltava ao equilíbrio somente após a queda dos mandatários (Coelho, 2017, p. 47) – como foi presenciado nos anos 1990 e início dos 2000, quando presidentes de centro-direita foram retirados do poder. Contudo, após uma relativa estabilização política inscrita em um momento em que a América Latina vivia o *boom* eleitoral de governos progressistas (Soares de Lima, 2008) – ou da chamada *mareia rosa* (Panizza, 2006) –, as elites conservadoras da região passaram a atuar de maneira objetiva para retirar os presidentes identificados com valores de esquerda. No entanto, conscientes de que não

poderiam contar com o apoio popular para isso, elas se uniram a setores oposicionistas dos respectivos Congressos, das Cortes Supremas e das Forças Armadas para efetivar suas ações, realizadas de forma extraconstitucional.

Os recentes episódios de instabilidade política e presidencial, em boa parte dos países da América Latina, e suas consequências para os cidadãos e para a região como um todo indicam, portanto, a importância da publicação do dossiê “Os significados das novas quedas presidenciais na América Latina: instabilidade dos governos ou dos regimes?”; possibilitando uma reflexão acurada sobre conceitos como *crise política*, *estabilidade presidencial*, *governabilidade* e, principalmente, sobre o estado da democracia na região. A ocorrência de seguidas crises políticas e econômicas, das quedas do Executivo, das diferentes respostas do sistema político e da atuação da sociedade civil organizada junto aos movimentos sociais nos leva à necessidade de um aprofundamento teórico sobre os graus de liberdade de ação dos mandatários dos países em questão.

O dossiê está dividido em dois momentos. Os primeiros artigos possuem um caráter mais teórico e geral, estabelecendo – por meio de abordagens comparativas – reflexões que discutem, por exemplo, temas como: a possibilidade de uma crescente “parlamentarização” do presidencialismo latino-americano; a emergência de um novo conceito para explicar as quedas presidenciais mais recentes – o “neogolpismo”; o fato de que estaríamos presenciando um momento de “regressão democrática na América Latina” e o possível ocaso do ciclo político progressista recente (que estaria sendo substituído por um novo ciclo político neoliberal e autoritário); a relação entre aprovação presidencial e desempenho da economia e, finalmente, um artigo de abordagem marxista que debate hegemonia, fração de classe e financeirização do capital na América Latina.

A segunda parte é dedicada a textos que elaboram cuidadosos estudos de caso, sendo a maioria deles sobre o processo de destituição de

Dilma Rousseff da presidência do Brasil, em 2016. A seguir, destaco de forma resumida os principais temas debatidos nessa seção: o componente jurídico do golpe de 2016 no Brasil; a aplicabilidade do modelo de Perez-Liñan ao *impeachment* de Dilma Rousseff; a disputa simbólica entre *impeachment versus* golpe na mídia internacional e, finalmente, uma análise dos processos paraguaios de destituição presidencial após 1990.

O primeiro artigo do dossiê conta com a valiosa contribuição do cientista político norueguês Leiv Marsteintredet (University of Bergen) – uma das principais referências mundiais sobre o estudo das crises políticas e presidenciais –, que, em parceria com Yuri Kasahara (Norwegian Institute for Urban and Regional Research), escreve o artigo *Presidencialismo em crise ou parlamentarismo por outros meios? Impeachments presidenciais no Brasil e na América Latina*. Os autores buscam contextualizar o *impeachment* de Rousseff na literatura mais ampla sobre interrupções de mandatos presidenciais na América Latina, argumentando que os sistemas presidencialistas latino-americanos têm encontrado vias institucionais para lidar com crises entre os poderes Executivo e Legislativo, ainda que tais soluções não sejam despidas de controvérsias.

Levando em consideração um contexto em que as quedas presidenciais são motivadas pela ação do Legislativo (na maior parte dos casos), Marsteintredet e Kasahara propõem a introdução de alguns mecanismos institucionais em regimes presidencialistas, com o objetivo de facilitar a resolução de impasses político-institucionais. Suas duas principais propostas são polêmicas, mas instigantes. A primeira sugere a possibilidade de destituição do presidente por motivações exclusivamente políticas, tal qual um *voto de desconfiança* no parlamentarismo³, mas com um desenho

³ Uma das principais diferenças entre parlamentarismo e presidencialismo consiste na inexistência, no presidencialismo, do chamado *voto de desconfiança* do Parlamento ao chefe do Executivo. O voto de desconfiança aconteceria nos sistemas parlamentaristas, em momentos de crise e paralisa decisória, consistindo em uma votação na qual o controle da coalizão de governo pelo Primeiro Ministro é questionado. Se, após a referida votação, a maior parte dos legisladores votar contra o presidente, o mesmo é destituído do poder. Seria

institucional que busque aumentar os custos para tal, contando com a manutenção do quórum de 2/3 dos membros do Legislativo para sua aprovação combinada com a inclusão de uma cláusula de dissolução simultânea do Congresso. A segunda faz referência à ordem sucessória em casos de afastamento presidencial: os autores afirmam que, quando presidentes são removidos por motivações políticas, vice-presidentes não deveriam estar aptos a assumirem o poder, uma vez que a ascensão de um vice-presidente não traria necessariamente uma resolução ao conflito existente. Assim, tanto o presidente como o vice deveriam ser afastados simultaneamente.

Leonardo Valente, em “os neogolpes e as interrupções de mandatos presidenciais na América Latina: os casos de Honduras, Paraguai e Brasil”, propõe a adoção de um novo conceito para explicar as quedas presidenciais mais recentes na América Latina: o “neogolpismo”. Valente busca caracterizar conceitualmente as deposições dos presidentes do Brasil (Dilma Rousseff), do Paraguai (Fernando Lugo) e de Honduras (Manuel Zelaya) como “neogolpes”, mostrando que tal prática teria se tornado um novo *modus operandi* regional, substituindo os golpes clássicos dos anos 1960 e 1970. Essa nova estratégia teria o objetivo de derrubar governos progressistas e restaurar forças políticas conservadoras por vias não eleitorais no comando dos Poderes Executivos desses países. O autor diferencia ainda o que chama de “golpes clássicos de Estado” e os “neogolpes”, delimitando as características de cada um e identificando suas áreas de intersecção.

O artigo de Josué Medeiros, *Regressão democrática na América Latina: do ciclo político progressista ao ciclo político neoliberal e*

uma espécie de destituição por desempenho no meio do mandato, algo que não é previsto no presidencialismo, uma vez que a principal diferença do presidencialismo para o parlamentarismo são os mandatos fixos dos presidentes em relação aos mandatos flexíveis dos primeiros-ministros. Assim, os defensores do sistema parlamentarista argumentam que o voto de desconfiança é um dos seus principais trunfos, por permitir a destituição legal de um mandatário que perdeu seu caráter majoritário.

autoritário, dialoga diretamente com as reflexões de Leonardo Valente. Josué Medeiros apresenta o quadro político contemporâneo da América Latina a partir da noção de ciclo político – afirmando que, desde 2015, estaríamos presenciando o ocaso do ciclo progressista que marcou a região desde o fim do século XX, que estaria sendo substituído por um novo ciclo político neoliberal e autoritário. Os mesmos casos debatidos no artigo de Leonardo Valente são analisados por Medeiros (Honduras, 2009; Paraguai, 2012 e Brasil 2016), acrescidos ainda do que o autor denominou de “um processo político mais amplo de avanço do neoliberalismo e das forças oligárquicas”: a vitória de Macri na Argentina, em 2015; a derrota de Evo Morales no plebiscito sobre uma nova reeleição, em 2016, e a grave crise política em curso na Venezuela de Nicolás Maduro. Com o objetivo de clarificar e complexificar seus argumentos, Medeiros caracteriza o que seria um ciclo político para, em seguida, aprofundar as características do novo ciclo político, em um contexto de “redução do alcance da democracia representativa”, nos termos que alguns autores (Wanderley Guilherme dos Santos, Luís Felipe Miguel, José Maurício Domingues) estão apresentando para o Brasil.

O artigo *Aprovação presidencial (1996-2015) na América Latina: mais participação pode ser uma saída quando a economia vai mal?*, de Daiane Menezes, mostra-nos como a aprovação presidencial pode variar com o uso de mecanismos de democracia direta e de acordo com distintos eventos políticos. A autora utiliza dados da Corporação *Latinobarómetro* que englobam pesquisas de opinião realizadas anualmente, em 16 países, entre 1996 e 2015 – analisadas por meio de modelos multiníveis. Os resultados da pesquisa indicam que “entre as variáveis *micro*, a percepção da situação econômica corrente do país é a mais importante; ao passo que, entre as de nível *macro* – eleições, referendos e plebiscitos facultativos, assim como eventos políticos positivos –, são as que mais influenciam a aprovação do chefe do Executivo”. Dessa maneira, Menezes nos traz uma

importante contribuição para o entendimento de quais variáveis afetariam a popularidade dos presidentes na região de forma mais relevante, ajudando tanto mandatários quanto cidadãos na avaliação dos atos realizados pelos chefes do Executivo.

O último artigo da primeira parte do dossiê, escrito por Mayra Goulart da Silva em parceria com Beatriz Soares Lourenço e Júlio César Pereira de Carvalho, tem título *Hegemonia, fração de classe e financeirização do capital: Elementos para uma abordagem marxista e sistêmica sobre a crise política brasileira*. Nas palavras dos autores, “o objetivo do artigo é oferecer um enquadramento analítico para a compreensão dos fenômenos que levaram à interrupção do governo do Partido dos Trabalhadores (2003-2016), considerando a conjuntura de dissolução da era *Bretton Woods* e o subsequente processo de financeirização do capitalismo global”. Para a pesquisa, são utilizadas variáveis endógenas e exógenas que analisam não só o caso brasileiro, mas também o contexto regional e global. Dessa forma, observam que tais variáveis atuaram na ascensão e no refluxo de lideranças progressistas na América Latina, possibilitando – em um primeiro momento – a realização de projetos de crescimento e de distribuição até seu limite, quando tais dinâmicas passam a apresentar ameaças à rentabilidade dos investimentos financeiros.

A hipótese estruturada no referido trabalho parte do pressuposto de que a derrocada do governo Dilma está associada à prevalência do capital financeiro sobre o produtivo, ainda que os atores sociais que atuam nessas duas esferas muitas vezes sejam os mesmos. A partir dessa perspectiva, sustentam que o “esfacelamento da base aliada” de Rousseff possui relação com a prevalência de uma lógica rentista sobre uma lógica produtiva de acumulação capitalista.

Em *Os juristas políticos e suas convicções: para uma anatomia do componente jurídico do golpe de 2016 no Brasil*, Jorge Chaloub e Pedro

Luiz Lima investigam o protagonismo contemporâneo da figura do jurista político no Brasil, tendo como ponto de partida a nova feição do Judiciário após 1988. Assim, desenvolvem importantes reflexões sobre as relações históricas entre os juristas, o Judiciário e a política no Brasil. Para tal, utilizam o método da análise de discurso “tendo como objeto a atuação na esfera pública de dois dos mais relevantes personagens desse tipo: o ministro do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, e o juiz Sérgio Moro”.

Mesmo considerando as diferenças no modo de atuação de ambos, Chaloub e Luiz Lima defendem a hipótese de que eles convergem em determinadas percepções, que acabaram determinando a “formação do contexto ideológico do golpe de 2016” – como, por exemplo, na legitimação das instâncias judiciais sobre a política e sobre a sociedade, o que acabaria deslegitimando as instâncias políticas sob o discurso de combate à corrupção. Jorge Chaloub e Pedro Luiz Lima terminam seu texto afirmando que foram numerosos “os protagonistas do mundo jurídico que atuaram no sentido de ora conferir uma chancela sobranceira ao desenrolar dos acontecimentos, ora insuflar diretamente as disputas políticas para que elas corresse em uma determinada direção”.

Gabriel Gutiérrez Mendes realiza o esforço de testar o trabalho de um dos mais influentes cientistas políticos contemporâneos em *O impeachment de Dilma Rousseff e a instabilidade política na América Latina: a aplicabilidade do modelo de Pérez-Liñán*. O cientista político argentino Aníbal Pérez-Liñán, atualmente professor da Universidade de Pittsburgh, é autor de um dos livros mais influentes no estudo das crises políticas e quedas presidenciais na América Latina, justamente a obra utilizada como referência na análise de Gutiérrez Mendes. Como o livro *Presidential impeachment and the new political instability in Latin America* foi originalmente publicado em 2007, Gabriel Gutiérrez Mendes busca verificar, em seu trabalho, em que medida os traços característicos do

modelo de Pérez-Liñán podem ser encontrados na destituição de Dilma Rousseff, em 2016. Dentre os eixos explicativos do modelo estariam o momento de crise econômica, a presença massiva do escândalo político na mídia corporativa, a indignação popular com o tema da corrupção e a relação conflituosa entre o Poder Legislativo e o Executivo.

O último texto do dossiê dedicado à queda de Dilma Rousseff é redigido por Monalisa Soares Lopes e Grazielle Albuquerque, com o título *O nome das coisas: a disputa simbólica impeachment versus golpe na mídia internacional*. As autoras avaliam a pauta da destituição de Dilma Rousseff em 2016 na imprensa internacional como estratégia de denúncia e disputa simbólica e – por meio de uma análise focada na comunicação – reconstroem o “movimento usado pelo Executivo para romper a espiral do silêncio presente na imprensa nacional”. Soares Lopes e Albuquerque realizam uma análise de conjuntura dos eventos que antecederam a abertura do processo de *impeachment*, bem como o posterior acirramento discursivo em torno do *impeachment*/golpe. Nesse contexto, mostram como muitas vezes Rousseff utilizou alguns veículos de mídia estrangeira como estratégia de produção de uma contranarrativa ao enredo estruturado pela mídia nacional.

Gustavo Silva Mattos nos brinda com o único estudo de caso que não tem como principal referência o caso brasileiro. Em *Da instabilidade política ao mau desempenho constitucional: uma análise dos processos de destituição presidencial paraguaios após 1990*, são analisados os vários casos de instabilidade presidencial ocorridos no país nas últimas três décadas, com especial atenção para a destituição de Fernando Lugo, em 2012. Por meio de uma abordagem comparativa, o caso de Lugo é tomado como base para a análise dos demais eventos de crises presidenciais anteriores. O principal achado da pesquisa, de acordo com o autor, reside no fato de que o processo instaurado contra Fernando Lugo “apresenta características similares com outras tentativas de deposição no país, mas a

ausência de ‘crime de responsabilidade’ e a falta de apoio internacional apontam novas formas de resolução do conflito de poderes que ferem as regras do jogo democrático”.

Finalmente, esperamos que a leitura possa ser proveitosa e que inspire muitas outras análises e reflexões sobre o estado da democracia na América Latina.

André Luiz Coelho

organizador